

## **Análise da qualificação da mão de obra do Polo de Confecção Pernambucano**

Analysis of the qualification of the workforce of the Pernambuco Clothing Hub

**Mayara Andresa Pires da Silva\*<sup>1</sup>, Julia Rocha Araujo <sup>2</sup>**

[\\*mayara.pires@ufpe.br](mailto:mayara.pires@ufpe.br)

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE

### **RESUMO**

Esta pesquisa analisou o impacto das políticas públicas voltadas à qualificação da mão de obra no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, com foco na estrutura do nível de instrução da população ocupada. O estudo comparou o perfil dos trabalhadores em Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, considerando os efeitos de investimentos direcionados ao desenvolvimento socioeconômico regional ao longo dos últimos anos. De natureza qualitativa e descritiva, a investigação baseou-se na integração de dados provenientes de diversas fontes, incluindo instituições de ensino, pesquisa e agências governamentais, que disponibilizam extensos acervos de bases de dados e publicações. Apesar de suas limitações, o estudo é relevante por fomentar uma discussão inicial sobre a efetividade das políticas públicas educacionais na promoção do crescimento regional.

**Palavras-chaves:** arranjo produtivo local; desenvolvimento regional; qualificação da força de trabalho.

### **ABSTRACT**

This research analyzed the impact of public policies aimed at the qualification of the workforce in the Clothing Hub of Agreste Pernambucano, focusing on the structure of the educational level of the employed population. The study compared the profile of workers in Toritama, Caruaru and Santa Cruz do Capibaribe, considering the effects of investments aimed at regional socioeconomic development over recent years. Qualitative and descriptive in nature, the investigation was based on the integration of data from various sources, including educational institutions, research and government agencies, which provide extensive collections of databases and publications. Despite its limitations, the

study is relevant for fostering an initial discussion about the effectiveness of public educational policies in promoting regional growth.

**Keywords:** local productive arrangement; regional development; qualification of the workforce.

## **1. Introdução**

As políticas de desenvolvimento regional vêm ganhando cada vez mais importância nas discussões sobre a promoção do crescimento das regiões economicamente estagnadas, mas que têm grande potencial devido aos efeitos de aglomerações de fatores econômicos (Dias, 2007). O principal propósito dessas políticas é de, por meio da melhoria da força competitiva de empresas especializadas setorialmente e próximas territorialmente, promover uma melhor distribuição regional e social de renda, contribuindo para a instalação de um processo de desenvolvimento local sustentado. Esse tipo de política é frequentemente interpretado como uma alternativa inovadora às políticas industriais e de desenvolvimento regional tradicionais, praticadas até a década de 1980, voltadas, fundamentalmente, para a instalação e o fomento de atividades manufatureiras, por intermédio dos mecanismos clássicos de concessão de subsídios e incentivos, para a acomodação de aglomeradas em polos industriais (Teixeira, 2008).

Como exemplo desse fenômeno de reunião de fatores econômicos, tem-se o agrupamento de micro e pequenas indústrias têxteis e de confecção do Agreste Pernambucano (Lira, 2009). Trata-se de um dos polos de desenvolvimento da economia do estado de Pernambuco estruturado como um Arranjo Produtivo Local (APL), que segundo a definição de Veiga (2005) é um conjunto de organizações que atua em torno de uma atividade produtiva preponderante, as quais são interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente agrupadas. Conforme Dultra, Cruz e Souza (2007) a capacidade de gerar economias de escala, de investir em inovação produtiva e gerencial, inserir firmas de pequeno porte no mercado externo e contribuir para o aumento do padrão de qualidade dos produtos são vantagens competitivas dessas composições.

O Polo de Confeções tem sido objeto de atenção e estudo nos últimos anos (tanto acadêmica, quanto governamental), tendo em vista a dimensão e o volume de negócios que essa região é capaz de realizar atualmente (Dias, 2007). O APL de Confeções do Agreste Pernambucano representava, em 2009, 5% do PIB de Pernambuco (SEBRAE, 2013). Além disso, em 2011, teve um faturamento total estimado de R\$ 1,1 bilhão.

Em relação à mão de obra, o arranjo concentrava no ano de 2012, mais de 107 mil cidadãos ocupados em atividades de fabrico de confecções, isso representa mais de 50%

do pessoal ocupado, formalmente, em toda a indústria pernambucana, a qual é composta por pouco mais de 200 mil pessoas (SEBRAE, 2013).

O referido arranjo é formado por mais de dez cidades geograficamente próximas e com foco na confecção de vestuários voltados para o mercado popular, das quais se sobressaem com maior intensidade: Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, conjunto este, responsável por 77% e 66% do PIB e dos habitantes, respectivamente, dos municípios que compõe o APL (SEBRAE, 2013). Enfatiza-se, ainda, que a maior parte dos estabelecimentos da indústria têxtil e de confecção do agreste pernambucano, aproximadamente 84%, está sediada apenas nestes três municípios (Rocha; Viana; Silva, 2010). Especificamente, na indústria da confecção, as três cidades abrigavam, em 2012, 77% do total de todas as unidades produtivas do polo, distribuídas da seguinte maneira: 38% do total concentradas em Santa Cruz do Capibaribe, seguida por 24% em Caruaru e 15% em Toritama (SEBRAE, 2013).

Toritama se apresenta como um dos maiores produtores de jeans do Brasil, enquanto Santa Cruz do Capibaribe se destaca pela fabricação e comercialização de malha para moda *surfwear*, *streetwear*, moda íntima e moda praia. Caruaru, por sua vez, tem como principal fonte de arrecadação, a indústria de confecção e o turismo, sendo um município muito diversificado na produção de confecção geral e arte figurativa (Barros, 2009).

Por todos os motivos citados, nas últimas décadas, a região tem sido alvo de investimentos significativos para o fortalecimento deste APL, dentre os quais pode-se destacar as políticas públicas que propendem ampliar o ensino no interior e promover a qualificação dos trabalhadores locais. Por exemplo, novas unidades foram instaladas, como o de universidades públicas de iniciativa Federal e Estadual: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA) e a Universidade de Pernambuco (UPE/FACITEC). Além da instalação e fortalecimento de outras instituições, como o Centro Tecnológico da Moda (CTM), o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST), o Instituto de tecnologia de Pernambuco (ITEP) e outras entidades que atuam no ensino técnico profissionalizante – o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), dentre outros.

Parte desse investimento deve-se à noção que se tem da baixa qualificação técnica dos trabalhadores – e, associada a isto, a baixa remuneração dos habitantes locais. Entretanto, a tendência de longo prazo é que o recolhimento de impostos, o atendimento às normas ambientais e o pagamento dos direitos trabalhistas sejam amplamente exigidos,

com os correspondentes aumentos nos custos de fabricação. Não obstante a essas exigências, os empresários precisarão, também, investir em máquinas mais modernas que descomprimirá e aperfeiçoará as produções têxteis e racionalizar a gestão, com o uso intensivo da informática; distribuir melhor suas compras, economizando capital de giro; e profissionalizar a criação de peças e coleções, como forma de se distinguir da concorrência (SEBRAE, 2013).

Nesse contexto, a demanda por trabalhadores mais preparados aparece naturalmente, ou seja, garantir que a oferta de mão de obra qualificada, realmente, se expanda – com o tempo – é uma necessidade vital, a longo prazo, do Polo de Confeções do Agreste. Provavelmente, trata-se de uma tarefa de que os empresários, sozinhos, não podem dar conta (SEBRAE, 2013). Daí a imensa importância do poder público e de suas iniciativas na área de educação, principalmente.

Este artigo busca analisar a estrutura da qualificação da mão de obra no mercado de trabalho do APL de confeções do Agreste Pernambucano, procurando comparar o perfil dos trabalhadores nas cidades de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe após anos de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico da região. Assim, o foco norteador é analisar os indicadores da população ocupada e sua respectiva escolaridade nestas três cidades, e assinalar mudanças no decorrer das últimas décadas.

Os principais resultados encontrados demonstram as divergências existentes entre a escolaridade do público ocupado na região, daquela encontrada em Pernambuco e no Brasil, assim como, indícios que apontam uma melhora da qualificação dos trabalhadores da indústria têxtil e de confecção na região, ao longo das últimas décadas, especificamente quando se analisa o ensino médio.

O presente artigo está dividido em cinco seções, sendo, a primeira, a introdução aqui explanados, a segunda o referencial teórico que trata das características dos setores têxteis e de vestuário no mundo, no Brasil, no Nordeste, no Estado e especificamente no APL analisado. Na terceira seção encontram-se os métodos e materiais utilizados no trabalho, na quarta seção estão os resultados e discussões encontrados a partir da realização da pesquisa, buscando mostrar a escolaridade dos trabalhadores ocupados nas cidades estudadas, bem como as potencialidades e desafios da região, e, por fim, a quinta seção traz as principais conclusões sobre o artigo.

## ***2. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional***

### ***2.1. Aspectos históricos***

Arranjo Produtivo Local é um sistema de produção integrado que foi inspirado nos distritos industriais italianos (Dultra; Cruz; Souza, 2007). A maior parte da crescente

importância da “questão local” se deve a bem-sucedida experiência de desenvolvimento econômico ocorrida na chamada Terceira Itália, que segundo Lastres *et al.* (1999, p. 55 *apud* Coronel, 2007) é um caso ilustrativo, pois esta região era caracterizada por muitos distritos industriais e pequenas e médias empresas (PMEs), organizadas em cooperativas promovidas por governos locais e apresentavam muita coordenação. Onde quase todas as oficinas e fábricas eram novas – “indústrias caseiras de alta tecnologia” – e usavam ferramentas numericamente controladas mais modernas. Estas lançavam produtos sofisticados e de *design* apurado, o que lhes permitia penetrar não só nos mercados nacionais, mas também nos internacionais (Kumar, 1997 *apud* Silva, 2011).

O intento de criar produtos e de explorar aberturas no mercado implicava na colaboração constante entre empresários, projetistas, engenheiros e operários. Essa situação era propícia a uma divisão flexível do trabalho e nivelava hierarquias dentro da firma. Um sistema sólido de subempreitadas constituía parte fundamental da economia local. As relações extraordinariamente cordiais e complexas entre clientes e subempreiteiros estimulavam a inovação e aumentavam a adaptabilidade (Kumar, 1997 *apud* Silva, 2011).

O conceito de APL – ao ter como paradigma central os distritos industriais italianos e ser associado a uma política que objective, de alguma forma, adaptar essa experiência para outras localidades – tem tradicionalmente, como catalisador fundamental e principal característica, a presença de pequenos e médios estabelecimentos concentrados em alguns dos elos de uma cadeia produtiva, possuindo, esses, algum nível de cooperação, ainda que informal (BNDES, 2004).

## **2.2. Evolução**

O modelo do APL aparece no discurso de vários autores (Cassiolato; Lastres; Szapiro, 2000; Silva; Cocco, 2006) como uma opção viável de desenvolvimento regional para a realidade brasileira, apontado como capaz de gerar emprego e renda, além de proporcionar crescimento econômico de um lugar (Costa, 2012). Isso porque, a união de pequenos empresários e a organização destas instituições em arranjos constituem-se como uma preciosa fonte geradora de vantagens competitivas, tais como: a capacidade de criar economias de escala, de investir em inovação produtiva e gerencial, inserir firmas de pequeno porte no mercado externo e contribuir para o aumento do padrão de qualidade dos produtos (Santos; Caldas; Cândido, 2011).

Segundo Garcez (2000) a questão local ganha grande importância com o APL, seja pelo papel desempenhado na comunicação entre agentes nos processos de aprendizado, seja pela criação de relações de confiança entre eles. A formação de redes de cooperação

entre firmas localizadas na mesma região tem forte influência na capacidade de aproveitamento de conhecimento tácito (BNDES, 2004).

O APL, ao atrair investimentos para dado local, cria ou reforça o agrupamento de organizações, as quais, à medida que exportam para outras regiões, reforçam o próprio polo: elevando a renda, atraindo trabalhadores, induzindo novos investimentos públicos. Em decorrência, atraem mais organizações para atender a crescente demanda produtiva, pessoal e pública dessa região e regiões circunvizinhas. Nesse quadro, aglomeração de empresas é um tema muito importante para o desenvolvimento regional (BNDES, 2004).

Não obstante, para propiciar o desenvolvimento regional, o Arranjo Produtivo Local necessita de um aparato de políticas públicas que o impulse. Segundo Buarque (1999, *apud* Brasil, 2011), as vantagens competitivas são criadas e construídas com aplicação de recursos e aproveitamento das potencialidades e peculiaridades de cada localidade, sendo os atores sociais também responsáveis pelo progresso local, e cabendo ao setor público, o papel de incentivador e viabilizador deste desenvolvimento.

Nessa conjuntura, é importante compreender também o conceito de políticas públicas, que podem ser entendidas como “um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou de vários setores da vida social” (Saravia, 2006, p.29). Ainda segundo esse autor, estas são percebidas como intervenções planejadas do poder público, que tentam responder a demandas socialmente relevantes e possuem elementos que as caracterizam, como: são medidas concretas, com alocação de recursos; estão inseridas em um quadro geral de ações; possuem um público-alvo e apresentam definição compulsória de metas e objetivos a serem alcançados, que são definidos em função de normas e valores (Saravia, 2006).

O apoio aos Arranjos Produtivos Locais é, certamente, um dos instrumentos que vem ganhando maior destaque na busca da inclusão produtiva. As políticas para APLs iniciam-se no empenho para sua localização, mas, este vem adotando as mais diversas concepções e metodologias. Em que pese, ainda se encontra em aberto o entendimento da verdadeira natureza das políticas de estímulo aos APLs, entretanto, elas têm sido compreendidas como poderoso instrumento, capaz de viabilizar e dar início a um processo de progresso atrelado à inclusão social (Moutinho; Raposo; Campos, 2010).

A evolução conceitual no debate acerca dos arranjos produtivos locais revela um deslocamento gradual, ainda que lento, da ênfase em políticas clássicas de desenvolvimento local e regional para as denominadas de políticas para APL. O entendimento de que essas políticas devem ressaltar a capacidade inovativa dos sistemas produtivos (com o objetivo de fortalecimento dos negócios e das vantagens competitivas)

pode ser observado, nos discursos e conceitos de diversas instituições públicas e privadas (Moutinho; Raposo; Campos, 2010).

Dessa forma, é possível vislumbrar que essas formulações (APL's) têm influenciado as decisões públicas voltadas para o desenvolvimento local e regional no nosso continente. De fato, nos últimos anos, vários países da América Latina vêm adotando políticas de dinamização de *clusters* (sinônimo de APL), em regra de pequenos empreendimentos, como parte de políticas industriais ativas (Peres, 2005; Pietrobelli; Rabelotti, 2005 *apud* Teixeira, 2008). Em Pernambuco, atualmente existem 14 (quatorze) APLs que recebem algum tipo de ajuda institucional (investimentos e/ou políticas públicas para fortalecimento destes aglomerados). Dentre esses, 8 (oito) APLs fazem parte dos mapeamentos estaduais e recebem iniciativas específicas de APL (Moutinho; Raposo; Campos, 2010).

Dentre estes, inclui-se o Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. A estrutura de ajuda aos APLs de Pernambuco tem, na sua base, diversos agentes que atuam com programas ou ações pontuais, são eles: os governos federal e estadual, prefeituras, entidades do sistema S, associações, cooperativas, sindicatos, federações, instituições de CandT (Ciência e Tecnologia), ONGs (organizações não governamentais) e empresas privadas (Moutinho; Raposo; Campos, 2010).

### 3. O Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano

A indústria têxtil e de confeções, ao se inter-relacionar com outras atividades em toda a sua cadeia produtiva representa um respeitável papel para a economia de um país (Rocha; Silva; Viana, 2010).

Este mercado é, mundialmente, um dos mais dinâmicos, realizando lançamentos no mínimo quatro vezes no ano (ABIT, 2013). Caracteriza-se pela heterogeneidade e diversidade de seus processos produtivos ditados pela sazonalidade de demanda (Abreu, 1986 *apud* Melo, 2011). Em 2010, o consumo *per capita*, no mundo todo, de fibras era de 11,6 kg/habitante. Neste mesmo ano, foram consumidas 80 milhões de toneladas de fibras, sendo 62% de fibras químicas e 38% de fibras naturais, como o algodão. Já a produção global de fios, tecidos, malhas e confeccionados foi de 76 milhões de toneladas (ABIT, 2013).

**Tabela 1.** Representatividade do Brasil frente o mercado têxtil e de vestuário (2010).

PRODUTORES DE TÊXTEIS			PRODUTORES DE VESTUÁRIO		
PAÍS	PRODUÇÃO (mil ton.)	% MUNDIAL	PAÍS	PRODUÇÃO (mil ton.)	% MUNDIAL
1. China	38.561	50,7	1. China	21.175	46,4
2. Índia	5.793	7,6	2. Índia	3.119	6,8
3. EUA	4.021	5,3	3. Paquistão	1.523	3,3

4. Paquistão	2.820	3,7	<b>4. Brasil</b>	<b>1.271</b>	<b>2,8</b>
<b>5. Brasil</b>	<b>2.249</b>	<b>3</b>	5. Turquia	1.145	2,5
6. Indonésia	1.899	2,5	6. Coreia do Sul	990	2,2
7. Taiwan	1.815	2,4	7. México	973	2,1
8. Turquia	1.447	1,9	8. Itália	935	2
9. Coreia do Sul	1.401	1,8	9. Malásia	692	1,5
10. Tailândia	902	1,2	10. Polônia	664	1,5

**Fonte:** Relatório Setorial da Indústria Têxtil e de Confeccção Brasileira. (ABIT, 2013).

Os indicadores impressionam e fazem o setor têxtil e de confeccção brasileiro ter destaque no cenário mundial, não apenas por seu profissionalismo, criatividade e tecnologia, como também pelas dimensões de seu parque têxtil (CNI; ABIT, 2012). Autossuficiente na fabricacção de algodão, e com grandes investimentos no fabrico de fibras químicas, o Brasil produz 9,8 bilhões de peças confeccionadas ao ano (dessas, cerca de 6,5 bilhões são peças de vestuário), sendo referência global em *beachwear*, *jeanswear* e *homewear*. Outros segmentos também vêm ganhando espaço no mercado internacional, como a moda feminina, masculina e infantil, além do *fitness* e da moda íntima. Entre 2010 e 2011, foram investidos cerca de US\$ 5 bilhões pelas indústrias do setor (CNI; ABIT, 2012). Ainda no Brasil, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeccção – ABIT (2013), o APL era responsável, no ano de 2010, por 3% de toda produccção geral de produtos têxteis e por 2,8% da fabricacção mundial de produtos de vestuário, conforme se pode verificar na tabela 1.

No Brasil, a indústria de transformacção têxtil/confeccção é um dos pilares da estrutura produtiva do país (Rocha; Silva; Viana, 2015). Ela reunia, no ano de 2011, mais de 32 mil empreendimentos, dos quais mais de 80% são confeccções de pequeno e médio porte, em todo o território nacional. Adicionalmente, emprega cerca de 1,7 milhão de brasileiros de forma direta e mais de 4 milhões quando somados os empregos diretos e indiretos, sendo que 75% são funcionários do segmento de confeccção, mulheres em sua maior parte. Dessa forma, o setor têxtil e de confeccção respondia, em 2011, pela quarta maior folha de pagamento da indústria de transformacção, com R\$ 13,8 bilhões, representando, também, cerca de 6% do valor total da produtividade desta indústria (ABIT, 2013).

Somado a essas estatísticas, o setor investiu, em 2010, um total de US\$ 2 bilhões em aquisicção de máquinas e desembolsos do BNDES. Em 2011, esse valor subiu para US\$ 2,4 bilhões e, em 2012, ficou em US\$ 2,2 bilhões mostrando a vontade do empresário em investir, apesar da perda de competitividade, originada pela forte penetraçção dos importados (oriundos, sobretudo, da China, Índia e Coreia do Sul), devido à falta de

isonomia nos fatores sistêmicos da concorrência. Corroborando com estes dados, sabe-se que em 2012, o setor têxtil e de confecção faturou US\$ 56,7 bilhões, contra US\$ 67 bilhões em 2011 (ABIT, 2013).

Todavia, embora possua um alto potencial de geração de emprego, a principal característica do setor de confecção, principalmente, é a alta informalidade e a baixa qualificação técnica de seu pessoal ocupado, visto que por ser um setor de grande relevância, acaba por gerar organizações informais e empregar uma grande quantidade de pessoas de maneira informal (Vilar; Santos; Albuquerque; Carmo; Silva, 2014). A utilização do trabalho precário é uma forte característica da cadeia têxtil-vestuário, em especial da confecção, apesar de movimentos de resistência nos âmbitos nacional e internacional. Mesmo com incansáveis campanhas em defesa dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores contra práticas precárias de trabalho no Brasil e no mundo, esse quadro parece não ter se reduzido significativamente (Melo, 2011, p. 26). Na verdade, de acordo com o SEBRAE (2013), as unidades produtivas de confecções informais do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano representavam, em 2012, mais de 80,5% do mercado.

As organizações localizadas no Polo, normalmente, são compostas por familiares e começam no quintal, na garagem ou num quarto no fundo das casas, com os próprios familiares trabalhando. Com a informalidade, não há respeito às normas ou direitos trabalhistas, seguindo pelo viés das irregularidades, com insegurança. No entanto, também no Nordeste, esse é um ponto marcante do setor (Vilar *et al.*, 2014).

Conforme Viana (2005 *apud* Vilar *et al.*, 2014) “a indústria do vestuário do Nordeste está espacialmente distribuída nos diversos estados da região, com focos de concentração em cinco deles: Ceará, **Pernambuco**, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte”.

Segundo elementos trazidos pela tabela 2, é possível corroborar com essa afirmação, ao identificar a quantidade de vínculos formais de emprego. Somente na indústria têxtil nos estados do Nordeste, bem como a sua expressividade frente ao país:

**Tabela 2.** Número de vínculos empregatícios na fabricação de produtos têxteis 2002-2012.

Unidades Federativas	2002 Vínculos	2010 Vínculos	% a.a.	2012 Vínculos	% a.a.
Alagoas	1.047	642	-38,68	690	+7,47
Bahia	7.631	7.242	-5,09	7.764	+7,21
Ceará	14.837	17.791	+19,90	17.058	-4,12
Maranhão	434	283	-34,79	270	-4,59
Paraíba	7.989	9.068	+13,50	8.462	-6,68
<b>Pernambuco</b>	<b>4.133</b>	<b>6.003</b>	<b>+45,24</b>	<b>6.224</b>	<b>+3,68</b>
Piauí	150	182	+21,33	187	+2,75

Rio Grande do Norte	7.230	7.908	+9,34	6.562	-17,02
Sergipe	7.631	4.446	-41,74	4.163	-6,36
<b>Nordeste</b>	<b>47.317</b>	<b>53.565</b>	<b>+13,20</b>	<b>51.380</b>	<b>-4,08</b>
<b>Brasil</b>	<b>279.826</b>	<b>312.690</b>	<b>+11,74</b>	<b>304.147</b>	<b>-2,73</b>

**Fonte:** Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano (SEBRAE, 2013).

Percebe-se que o grande crescimento na quantidade de vínculos na indústria pernambucana, entre 2002 e 2012, e sua expressiva representatividade nos números gerais desse setor, tanto no Nordeste, quanto no Brasil.

Em termos gerais, o Nordeste absorve 16,9% dos empregos gerados no Brasil, com destaque para o Ceará que possui 31,2% do total regional. Nota-se que Pernambuco se mostra como um dos estados mais notáveis no setor não possui um maior número que a Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia, fato, esse, que pode ser explicado pelos incentivos feitos nesses estados e a alta informalidade existente em Pernambuco (Vilar *et al.*, 2014).

Em 1990, a região Nordeste era responsável por 13,3% da fabricação nacional têxtil-vestuário, saltando para 20,6% em 2001, a região Sul aumentou em torno de dois pontos percentuais sua participação, enquanto a região Sudeste reduziu de 56,8% para 47,5%, entre 1990 e 2001. Quanto aos empregos, observa-se o mesmo movimento, comum elemento adicional, a região Sul ganha participação de maneira mais pronunciada. Do ponto de vista dos segmentos, o de confecção da região Sudeste foi o que mais encurtou, em termos relativos de 81,04%, em 1991, para 59,22% em 2001. Já o inverso aconteceu com as regiões Sul e Nordeste: a participação do Nordeste no emprego do segmento de confecção brasileiro aumentou em torno de 2,5 vezes, e a da região Sul, quase 2,0 vezes (Lupatini, 2004, p. 28 *apud* Melo, 2011, p. 26).

Em Pernambuco, destaca-se que a indústria de transformação têxtil e de confeções tem expressiva relevância, assim como em todo o Brasil, para o crescimento industrial estadual (Rocha; Silva; Viana, 2010). Buscando confirmar essa afirmativa, dados do SEBRAE trazem que o setor possui quase 19 mil unidades produtoras que empregam 130 mil pessoas em 10 cidades pernambucanas (Ebrahim, 2014).

Quanto às suas características, cabe ressaltar, observando a quantidade de estabelecimentos e de emprego formal gerado pelo setor, que essa atividade produtiva se encontra concentrada em dois principais Polos Têxtil/Confeção, os quais estão interligados: um está localizado na Região Metropolitana do Recife e o outro, no Agreste Pernambucano. O primeiro abrange, em especial, três municípios – Recife, Olinda e Paulista e o outro está situado no Agreste pernambucano, região essa que absorve a maior

parte do pessoal ocupado e dos estabelecimentos formais da indústria têxtil e de confecção do Estado de Pernambuco (Rocha; Silva; Viana, 2010).

Pode-se notar, no Agreste Pernambucano, que a concentração de produtores de roupas em cidades como Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru tem sido testemunhada desde, pelo menos, um quarto de século. No começo, chamava-se o produto genérico ali fabricado de “sulanca”. Por extensão, ainda existem as “feiras da sulanca” e já houve o “polo da sulanca”. Mas, já há muitos anos, a palavra caiu em desuso, sendo considerada, até mesmo, depreciativa (SEBRAE, 2013).

O polo mencionado foi objeto de estudo econômico do SEBRAE (2013), devido à sua significativa importância, sabe-se que entre 2000 a 2010, o número de moradores de Santa Cruz do Capibaribe teve um incremento de 48% e o de Toritama, de 63%, enquanto Pernambuco teve apenas 11%. De 2000 a 2009, o PIB dessa cidade mais do que dobrou, enquanto o de Santa Cruz do Capibaribe cresceu 64%. Neste mesmo período o PIB do Estado de Pernambuco cresceu apenas 44%. O resultado de Caruaru (49%) é um pouco menos expressivo, mas também supera amplamente os registrados pelo Estado, pela região Nordeste e pelo Brasil. Considerando que, em Santa Cruz e Toritama (mais do que em Caruaru), a economia é amplamente dominada pelo setor de confecções – que inclui o comércio e influencia diretamente atividades correlatas, como a assistência técnica, hospedagem, alimentação e outros serviços – pode-se atribuir o crescimento, tanto demográfico, quanto do PIB, dessas duas cidades à expansão do fabrico de peças de vestuário.

A tabela, a seguir, demonstra alguns dados significativos, que confirmam a expressividade dos municípios avaliados, comparativamente aos números apresentados pelo estado e no país:

**Tabela 3.** Indicadores socioeconômicos (Ano Base 2010).

INDICADOR	LOCAL				
	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama	Pernambuco	Brasil
População	314.912	87.582	35.554	8.796.448	190.755.799
População Urbana	88,78%	97,73%	95,98%	80,20%	84,40%
IDHM	0,677	0,648	0,618	0,673	0,727
Renda domiciliar <i>per capita</i>	553,99	507,05	470,44	525,64	793,87
PIB Per capita	15.529,3	11.506,3	14.494,7	13.214,1	20.371,6
População pobre	16,31%	10,26%	9,84%	27,17%	15,20%

População extremamente pobre	5,66%	3,13%	2,71%	12,32%	6,62%
População Economicamente Ativa	68%	78,6%	76,3%	60,48%	66,54%
Índice de Gini	0,53	0,45	0,43	0,62	0,60
Taxa de desocupação	6,70%	2,09%	2,60%	10,95%	7,42%
% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou +	5,86	4,83	5,03	18,86	13,55
% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou +	22,51	46,69	57,22	9,94	11,92
% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou +	5,98	4,83	2,48	6,76	7,40
% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou +	23,04	20,04	14,43	16,27	15,38
% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou +	35,74	18,73	18,90	41,71	44,29

**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano. (PNUD,2013).

Segundo dados da tabela, percebe-se que apesar de Caruaru apresentar, entre as três cidades, o maior número de habitantes, exibe uma população urbana superior aos números registrados no Estado e no Brasil, mas relativamente, inferior às quantidades encontradas nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Sobre os aspectos socioeconômicos, nota-se que os três municípios apresentam taxa de pobreza e de extrema pobreza menor do que aquela observada para o restante do Estado e do País em 2010. Todavia, com exceção de Caruaru, nenhum município apresentou IDHM maior que o de Pernambuco, que por sua vez, é menor que o do Brasil. Padrão similar é verificado quando se examina a renda domiciliar *per capita*. Em relação ao produto interno *per capita*, apenas Santa Cruz do Capibaribe apresentou PIB *per capita* menor que o do Estado.

Interessante, é o fato de os municípios mencionados apresentarem taxas de pobreza tão inferiores às de Pernambuco e às do Brasil, e mesmo assim, possuírem IDHM e rendas *per capita* domiciliares menores. O fato é que, a desigualdade de renda desses municípios é menor que a do restante do Estado e do País. É o que aponta o Índice de Gini (quanto mais próximo de 0, menos desigual - quando todos possuem a mesma renda, por outro lado, quanto mais próximo de 1, mais próximo da desigualdade de renda, o que demonstra que a renda está concentrada na mão de apenas uma pessoa). Segundo esse índice, a desigualdade de renda desses municípios é muito menor aos encontrados em Pernambuco e no Brasil.

Já em relação ao mercado de trabalho, é conveniente destacar que os municípios avaliados nesse artigo apresentam taxa de desocupados, inferior ao que é testemunhado em Pernambuco e no Brasil. Nota-se também, a elevada percentagem de indivíduos com mais de 18 anos ocupados no setor de transformação, os indicadores são significativamente superiores aos encontrados em outros setores de ocupação, a indústria

de transformação é a que mais emprega na região, apresentando estatísticas maiores às registradas no Estado e no País, em geral.

#### **4. Características da Escolaridade da Mão de Obra Local**

Libâneo (2005 *apud* Almeida 2014) destaca que as transformações pelas quais tem passado a sociedade moderna, especialmente nas últimas décadas, demandam uma forte valorização da educação. O intenso processo de transformações contemporâneas técnico-científicas, econômicas, sociais, culturais e políticas favorece o surgimento de uma nova sociedade: a do conhecimento, ou seja, essa “nova” sociedade caracteriza-se por um novo paradigma de produtividade e desenvolvimento e tem como centralidade o conhecimento e a educação, que por sua vez, passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do progresso econômico. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, à ampliação do potencial científico-tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição em um mercado concorrencial que se pretende livre e globalizado.

Nesse cenário, é importante ressaltar outro aspecto, essencial, pois conforme a Constituição Federal de 1988, as políticas sociais devem prover aos cidadãos: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade e à infância e assistência ao desamparado. As políticas educacionais são, portanto, matéria de interesse das políticas sociais. No caso específico da educação como prática social, as palavras de Azevedo (2004) expressam bem os graves problemas que continuam acerca do sistema educacional brasileiro, ao afirmar que “ingressamos no terceiro milênio com novas demandas de formação e de conhecimento requeridos pelas mudanças sociais em curso, sem sequer termos assegurado o direito à escolarização fundamental de qualidade para a maioria dos cidadãos” (Azevedo, 2004, p. VII *apud* Almeida, 2014).

Fazendo um paralelo entre a importância da educação na sociedade do conhecimento e as ações realizadas para o seu fortalecimento: sabe-se que em Pernambuco, o governo executa e fomenta toda a política estadual de ciência e tecnologia do Estado e dispensa aos APLs estaduais um tratamento específico através do Programa de Apoio à Competitividade aos Arranjos Produtivos Locais (PROAPL). O PROAPL se constitui em um programa de apoio à competitividade dos APLs de Pernambuco, através do uso do conhecimento gerado por processos de inovação incremental e radical, e da internacionalização desses arranjos. Entre os APLs pernambucanos que atualmente recebem apoio do PROAPL está o de Confeções do Agreste Pernambucano. Dentre as ações mais relevantes do PROAPL destaca-se a sua interface com o “Programa dos Centros Tecnológicos de Educação Profissional”, iniciado em 1999, e que desde então já

promoveu a criação de cinco Centros Tecnológicos (CTs) no Estado. Articulados sob o conceito de rede, cada um desses Centros procura associar três pontos de atuação: educação profissional para os trabalhadores do arranjo local às demandas por inovação tecnológica, estimulando o empreendedorismo através da incubação de empresas inovadoras (BNDES, 2010).

A esta situação, adiciona-se também uma estrutura pública de ensino superior e de educação profissional. Como as Universidades e as Autarquias Municipais; Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Escolas Técnicas de Educação Profissional e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (destaque-se, ainda que o SEBRAE, juntamente com os governos Federal e Estadual, tem tido papel fundamental na política de promoção e apoio aos APLs de Pernambuco) (BNDES, 2010).

Focalizando as políticas públicas, no âmbito municipal relacionadas ao Agreste de Pernambuco, o conjunto de ações voltadas para emprego e renda, nessa região, ainda são incipientes, existindo algumas iniciativas nesse sentido (como o ainda muito tímido trabalho realizado pelo SINE) (Melo, 2011).

Com tamanha importância na economia da região, o APL propicia uma grande geração de receita, muito embora as relações de trabalho sejam dadas na sua grande maioria de maneira informal, o que sugere um desafio ao poder público local para a criação de políticas públicas que possam atender às demandas do povo, dentro dessas especificidades (Melo, 2011).

Os obstáculos são maiores quando algumas particularidades dessa indústria são levadas em conta. Apesar das inovações tecnológicas, a costura propriamente dita constitui-se, segundo Lima (2005 *apud* Melo 2011, p. 24), em um “gargalo” de produção, exigindo a utilização de grandes contingentes de força de trabalho em razão da multiplicidade de tarefas requisitadas conforme a peça realizada. Com isso, as grandes unidades fabris trabalham com produtos que exigem maior detalhamento com pequenas e médias unidades fabris, ou com uma infinidade de ateliês domiciliares, que possibilitam a flexibilidade produtiva exigida pelo mercado e pelas variações da moda.

A seguir serão discutidos os principais materiais e métodos empregados.

## **5. Metodologia**

O presente artigo caracteriza-se por uma abordagem metodológica qualitativa, decompõe qualitativamente dados estatísticos, mas também os apresenta como forma de situar o leitor; do tipo descritiva. Os meios utilizados para a construção do marco teórico deste artigo foram: internet, elementos quantitativos divulgados, livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e outros acessíveis.

Dentro da perspectiva apresentada, para a realização do artigo foram coletados dados para a construção de um *corpus* linguístico. Sinclair (1991) propõe que o *corpus* se apresente na forma de uma coletânea de textos naturais escolhidos para caracterizar um estado ou variedade de discursos.

Para tanto, utiliza-se de duas fontes de dados principais: o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) para analisar a evolução da escolaridade da população total e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2016) para investigar, especificamente, a evolução da escolaridade dos empregados formais da indústria têxtil e confecções dos municípios considerados.

A seguir serão discutidos os principais resultados.

## 6. Resultados e Discussão

Uma forma investigar décadas de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da educação de qualidade, na região considerada, é através das estatísticas disponíveis, buscar identificar se isso resultou num aumento da escolaridade dos residentes destas cidades.

A tabela 4 reporta a evolução da escolaridade da população dos municípios analisados no período 1991-2010.

**Tabela 4.** Evolução da escolaridade da população no período 1991-2010

ANO	Expectativa de anos de estudo			Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%)			% de 18 anos ou mais com fundamental completo			% de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo			% de 25 anos ou mais com Ensino Superior completo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Caruaru	8,08	7,86	8,89	31,63	22,55	15,58	26,51	32,57	46,80	11,91	19,47	36,29	5,04	5,50	7,63
Santa Cruz	7,16	6,66	8,34	35,55	25,55	16,03	14,33	19,81	35,37	6,12	11,97	22,67	1,37	1,16	2,68
Toritama	7,89	6,44	7,91	39,33	34,62	20,65	13,95	15,55	30,45	9,02	6,43	19,75	1,86	1,64	2,42
Pernambuco	7,67	7,7	9,13	34,34	24,54	18	25,08	32,58	47,01	15,36	20,41	32,12	4,79	5,5	8,01
Brasil	8,16	8,76	9,54	20,07	13,63	9,61	30,09	39,76	54,92	17,91	24,67	37,89	5,75	6,77	11,27

**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

É possível inferir com base nos elementos que são apresentados, que apesar da expectativa de anos de estudo nas três cidades ter crescido consideravelmente entre os anos 2000 e 2010, ainda não alcançam os níveis estaduais e nacionais. Da mesma forma, visualiza-se uma melhora na escolaridade da população como um todo, mas os números oferecidos pelas cidades Toritama e Santa Cruz do Capibaribe são bem inferiores aos apresentados por Caruaru, no Estado e no País.

A partir dos dados acessados, pode-se, enfim, avançar até a caracterização da qualificação da mão de obra no mercado de trabalho do APL de confecções do Agreste pernambucano, considerando, especificamente, o perfil dos trabalhadores nas cidades de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe.

A tabela 5 expõe a escolaridade dos indivíduos ocupados nas três cidades, no Estado e no País, bem como a evolução dos indicadores entre 2000 e 2010.

**Tabela 5.** Escolaridade da população ocupada no período 2000-2010.

ESCOLARIDADE	ANO	% dos ocupados com ensino fundamental completo		% dos ocupados com ensino médio completo		% dos ocupados com ensino superior completo	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
L O C A L I D A D E	Caruaru	39,10	53,84	25,74	36,75	6,24	8,33
	Santa Cruz	23,13	39,22	11,78	21,07	1,12	2,7
	Toritama	18,12	34,28	9,80	19,13	1,69	2,53
	Pernambuco	39,14	54,54	26,95	39,72	6,89	10,11
	Brasil	46,47	62,29	30,84	44,91	7,97	13,19

**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

Ao examinar a tabela, pode-se constatar que a imensa maioria da mão de obra ocupada, em geral, tem apenas o ensino fundamental completo. Apesar da evolução dos números através dos anos, é nítida a discrepância entre este percentual e o registrado para trabalhadores ocupados com maiores qualificações. Mais alarmante, ainda, é o baixíssimo número de pessoas ocupadas com ensino médio ou superior completos nas cidades: Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, quando comparado às estatísticas estaduais e nacionais. Vê-se, por exemplo, que apesar de Santa Cruz do Capibaribe aumentar o seu número de indivíduos ocupados com nível superior em mais de 93% em 10 anos, os números refletem um índice ainda muitíssimo inferior aos registrados em Caruaru, em Pernambuco e no Brasil.

Com base nos apontadores da RAIS - Relação Anual De Informações Sociais – disponibilizada pelo Ministério do Trabalho em 2016, pode-se observar dados importantes, nas três tabelas, sobre a formação da população ocupada especificamente nos setores têxtil e de confecções.

**Tabela 6.** Escolaridade dos empregados formais das indústrias têxtil e de confeccções – Caruaru.

ANO	INDÚSTRIA	ESCOLARIDADE									
		Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
2006	TÊXTIL	1,09%	3,55%	4,64%	26,36%	24,14%	12,87%	26,29%	0,69%	0,36%	
	CONFECCÃO	1,05%	3,33%	4,46%	26,45%	25,36%	12,68%	25,63%	0,69%	0,34%	
2007	TÊXTIL	1,11%	3,41%	4,73%	24,41%	25,03%	12,56%	27,47%	0,89%	0,38%	
	CONFECCÃO	1,10%	3,26%	4,73%	24,57%	26,13%	12,44%	26,74%	0,74%	0,30%	
2008	TÊXTIL	0,83%	3,18%	4,57%	23,05%	22,15%	14,91%	29,70%	1,13%	0,47%	
	CONFECCÃO	0,90%	3,22%	4,79%	24,07%	23,66%	15,11%	27,21%	0,72%	0,31%	
2009	TÊXTIL	1,09%	2,68%	4,13%	20,32%	20,61%	12,54%	37,16%	0,92%	0,56%	
	CONFECCÃO	1,16%	2,48%	4,17%	21,03%	21,92%	12,64%	35,57%	0,60%	0,44%	
2010	TÊXTIL	0,62%	3,23%	4,51%	18,48%	18,31%	13,54%	39,68%	0,97%	0,65%	
	CONFECCÃO	0,64%	3,05%	4,69%	19,29%	19,40%	13,25%	38,47%	0,71%	0,51%	
2011	TÊXTIL	0,67%	3,02%	4,68%	16,16%	16,26%	13,40%	43,58%	1,15%	1,09%	
	CONFECCÃO	0,72%	3,08%	5,04%	17,05%	17,14%	13,76%	41,65%	0,82%	0,72%	
2012	TÊXTIL	0,70%	2,97%	4,83%	14,53%	14,32%	14,32%	46,54%	0,93%	0,84%	
	CONFECCÃO	0,71%	2,94%	5,21%	15,14%	14,90%	14,99%	44,66%	0,76%	0,67%	
2013	TÊXTIL	0,53%	2,69%	4,08%	11,85%	13,84%	13,86%	50,86%	1,08%	1,21%	
	CONFECCÃO	0,56%	2,68%	4,50%	12,50%	14,13%	14,12%	49,61%	0,96%	0,94%	
2014	TÊXTIL	0,58%	2,72%	3,62%	10,19%	12,72%	12,97%	54,58%	1,02%	1,59%	
	CONFECCÃO	0,63%	2,75%	3,98%	10,32%	13,38%	13,29%	53,50%	0,92%	1,23%	

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rais (MTE, 2016).

**Tabela 7.** Escolaridade dos empregados formais das indústrias têxtil e de confeccções - Santa Cruz do Capibaribe.

ANO	INDÚSTRIA	ESCOLARIDADE									
		Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
2006	TÊXTIL	2,70%	12,09%	15,13%	35,11%	11,44%	8,79%	13,89%	0,69%	0,17%	
	CONFECCÃO	2,77%	12,40%	15,63%	34,85%	11,62%	8,71%	13,23%	0,69%	0,09%	
2007	TÊXTIL	2,46%	8,43%	10,59%	29,45%	24,24%	9,46%	14,08%	0,86%	0,43%	
	CONFECCÃO	2,54%	8,77%	10,58%	29,06%	24,93%	9,28%	13,59%	0,87%	0,36%	
2008	TÊXTIL	2,26%	8,29%	7,21%	32,94%	17,35%	10,97%	19,36%	1,21%	0,41%	
	CONFECCÃO	2,40%	8,88%	7,61%	33,77%	15,10%	11,32%	19,29%	1,24%	0,40%	
2009	TÊXTIL	1,74%	8,10%	7,44%	28,86%	16,35%	13,81%	21,94%	1,32%	0,44%	
	CONFECCÃO	1,88%	8,34%	7,97%	29,52%	14,14%	14,33%	22,04%	1,36%	0,43%	
2010	TÊXTIL	1,78%	8,67%	8,69%	24,33%	16,72%	10,96%	26,91%	1,24%	0,70%	
	CONFECCÃO	1,80%	8,95%	8,97%	24,01%	15,66%	11,00%	27,63%	1,23%	0,75%	
2011	TÊXTIL	1,70%	7,37%	7,91%	21,02%	17,52%	10,90%	31,40%	1,34%	0,84%	
	CONFECCÃO	1,68%	7,51%	8,31%	20,56%	17,40%	10,89%	31,45%	1,35%	0,83%	
2012	TÊXTIL	1,34%	6,42%	6,95%	19,84%	17,04%	12,06%	34,05%	1,27%	1,02%	
	CONFECCÃO	1,32%	6,51%	7,14%	19,70%	16,30%	12,45%	34,34%	1,27%	0,97%	
2013	TÊXTIL	1,05%	7,23%	6,31%	19,56%	15,16%	13,58%	34,53%	1,36%	1,22%	
	CONFECCÃO	1,00%	7,22%	6,51%	19,14%	15,00%	13,75%	34,86%	1,33%	1,20%	
2014	TÊXTIL	1,00%	7,29%	5,74%	17,55%	13,66%	13,81%	38,47%	1,39%	1,09%	
	CONFECCÃO	0,97%	7,40%	5,86%	17,25%	13,43%	13,65%	38,93%	1,43%	1,10%	

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rais (MTE, 2016).

**Tabela 8.** Escolaridade dos empregados formais das indústrias têxtil e de confeções – Toritama.

ANO	INDÚSTRIA	ESCOLARIDADE								
		Analfabeto	Até 5 <sup>a</sup> Incompleto	5 <sup>a</sup> Completo Fundamental	6 <sup>a</sup> a 9 <sup>a</sup> Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
2006	TÊXTEL	2,23%	11,82%	10,61%	26,28%	27,84%	6,82%	13,99%	0,34%	0,07%
	CONFEÇÃO	2,24%	12,13%	10,73%	26,93%	26,16%	7,01%	14,38%	0,35%	0,07%
2007	TÊXTEL	1,85%	10,86%	10,26%	18,54%	32,12%	7,81%	17,62%	0,79%	0,13%
	CONFEÇÃO	2,02%	10,53%	10,96%	18,89%	32,66%	8,07%	15,86%	0,87%	0,14%
2008	TÊXTEL	1,34%	16,12%	10,10%	15,16%	29,49%	6,76%	19,54%	0,67%	0,82%
	CONFEÇÃO	1,46%	14,94%	10,06%	15,75%	31,09%	6,74%	18,51%	0,65%	0,65%
2009	TÊXTEL	1,83%	7,18%	5,42%	16,53%	26,65%	12,80%	28,35%	0,65%	0,59%
	CONFEÇÃO	2,06%	7,13%	5,51%	16,99%	27,57%	10,81%	28,68%	0,66%	0,59%
2010	TÊXTEL	1,29%	6,39%	4,24%	12,91%	26,37%	6,58%	41,18%	0,55%	0,49%
	CONFEÇÃO	1,40%	6,08%	3,84%	13,41%	27,23%	5,45%	41,55%	0,49%	0,56%
2011	TÊXTEL	1,06%	6,96%	6,60%	12,06%	23,23%	6,83%	41,58%	0,80%	0,89%
	CONFEÇÃO	1,15%	6,32%	6,56%	12,35%	23,65%	6,32%	42,17%	0,67%	0,81%
2012	TÊXTEL	0,92%	6,82%	6,13%	11,45%	22,63%	6,64%	43,84%	0,62%	0,95%
	CONFEÇÃO	0,97%	6,59%	5,93%	11,66%	23,05%	6,16%	44,17%	0,62%	0,85%
2013	TÊXTEL	0,84%	6,36%	4,24%	14,75%	17,71%	5,82%	48,57%	0,87%	0,84%
	CONFEÇÃO	0,89%	4,92%	3,32%	13,77%	18,37%	5,53%	51,52%	0,93%	0,75%
2014	TÊXTEL	0,78%	5,58%	3,48%	13,51%	22,40%	6,29%	46,29%	0,78%	0,89%
	CONFEÇÃO	0,88%	3,94%	2,56%	12,99%	23,34%	5,07%	49,54%	0,80%	0,88%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rais (MTE, 2016).

Observando a evolução no período entre 2006 a 2014 nesses municípios, é possível constatar um aumento geral na escolaridade, sobretudo no quantitativo de trabalhadores com ensino médio completo e ensino superior completo. Destaca-se que percentual de ocupados com ensino médio completo, em 2014, é três vezes maior do que aquele observado para o ano de 2006 nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. De maneira mais tímida, percebe-se também o aumento do percentual de graduados. Logo, houve queda do percentual com ensino fundamental completo e incompleto (refletindo o aumento da formação média dos empregados), ao mesmo tempo o ensino médio incompleto variou pouco.

A respeito da taxa de graduados, percebe-se o expressivo aumento no percentual de concluintes do ensino superior no mercado de trabalho, em alguns casos, como em Santa Cruz do Capibaribe onde a taxa de pessoas com essa formação e empregadas na confecção foi multiplicado em mais de 12 vezes no período de 8 anos.

Todavia, tamanho crescimento visto, nota-se ainda que os números de indivíduos mais qualificados empregados nesses setores, ainda são muito baixos, não atingindo, sequer, 2% do total de indivíduos ocupados, em nenhum dos municípios. Mesmo somados, os resultados encontrados em ambas as indústrias, nas três cidades, em 2014, o percentual de trabalhadores com graduação não chega a 2,5% de toda a população nas ocupações pesquisadas.

Em resumo, a trajetória da escolaridade foi diferente entre os municípios, sendo que Caruaru apresenta os melhores indicadores. Entretanto, é preciso destacar que os

números dados pela RAIS abarcam somente os estabelecimentos formais, ou seja, tendo em vista o alto grau de informalidade na região, os números apresentados por este relatório não são capazes de refletir toda a realidade local.

## **7. Conclusões**

Conforme apresentado, o modelo de Arranjo Produtivo Local (APL) configura-se como uma alternativa promissora para o desenvolvimento regional, favorecendo a geração de empregos, receitas e vantagens competitivas para as empresas. Para o fortalecimento do APL, é imprescindível a colaboração e a participação ativa de todos os agentes envolvidos, de forma a alcançar o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social da região.

O APL de Confeções do Agreste Pernambucano se destaca como um relevante polo de investimentos públicos e privados, dado seu protagonismo expressivo na economia local, estadual, regional e nacional. Nesse contexto, reconhece-se a educação como um elemento transformador essencial para o progresso social e econômico, justificando os investimentos realizados em políticas públicas educacionais nas últimas décadas.

A análise de dados demográficos e socioeconômicos dos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe – os principais integrantes do APL – evidenciou importantes características relacionadas à escolaridade da mão de obra local. Identificaram-se discrepâncias significativas no tempo médio de permanência escolar da população ocupada em comparação com os índices gerais de Pernambuco e do Brasil. Ademais, foram observados indícios de avanços graduais na qualificação da força de trabalho do setor têxtil e de confeções ao longo dos anos.

Contudo, com base exclusivamente nos indicadores disponíveis, não é possível concluir se as ações, os investimentos e as políticas públicas implementados no APL de Confeções do Agreste Pernambucano, nas últimas décadas, foram efetivos em aumentar a qualificação da população ocupada e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento regional. Embora sejam inegavelmente relevantes, tais iniciativas demandam análises mais aprofundadas e abrangentes.

Ademais, é importante considerar que a existência de políticas públicas voltadas à educação, por si só, não garante a elevação da escolaridade em uma região. Observou-se que os dados de escolaridade da população ocupada, provenientes de fontes como o Atlas Brasil e o Censo Demográfico, refletem informações tanto de empresas formais quanto informais, mas não discriminam os setores econômicos específicos. No caso das indústrias têxteis e de confeções, os números extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, restringem-se às empresas

formalizadas, que representam menos de 20% do mercado, segundo o SEBRAE, deixando de abranger a vasta informalidade presente na região.

Por fim, ressalta-se que, além das limitações dos dados, existem aspectos qualitativos e subjetivos que não se refletem nos números, mas que são igualmente determinantes para uma compreensão mais abrangente e para a formulação de estratégias eficazes no fortalecimento do APL e na qualificação da sua mão de obra.

## Referências

ALMEIDA, Ianara Alves de. **Um desafio entre o ideal e o real: a implementação das ações de inclusão educacional e o Centro Acadêmico no Agreste**. Orientadora: Cátia Wanderley Lubambo. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste - MGP) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11781>. Acesso em: 03 nov. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. **Relatório Setorial da Indústria Têxtil e de Confeção Brasileira**. Brasília: ABIT, 2013. 44p. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/cartilha-industria-textil>. Acesso em: 03 nov. 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 03 set. 2016.

BARROS, Izabelle. O Cenário do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. *In: ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE SENAC PE, 3., 2009, Recife. Anais [...]. Recife, PE: SENAC, 2009.* Disponível em: <http://www.pe.senac.br/ascom/faculdade/IIIEncontro/anais/comunicacaooral/15.doc>. Acesso em: 05 set. 2016.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES). **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Brasília, DF: BNDES, 2004. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES). **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais de Pernambuco**. Brasília, DF: BNDES, 2010. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL, Cintia Fernanda. **Políticas públicas e desenvolvimento local: estudo de caso do município de Juranda/PR**. 2011. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/21287?mode=full>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual De Informações Sociais (RAIS)**. 2016. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id/login.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php). Acesso em: 05 de Jan. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Têxtil e Confeção**: Inovar, Desenvolver e Sustentar. Brasília: CNI/ABIT., 2012. Disponível em: <https://www.abit.org.br/adm/arquivo/servico/114256.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CORONEL, D. A. O Modelo Italiano De Desenvolvimento Regional: Algumas Proposições Para A Metade Sul Do Rio Grande Do Sul. **Revista da FAE**, Curitiba, v.10, n.2, p.17-27, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/336/232>. Acesso em: 10 jul. 2016.

COSTA, Fabiana Maria da. **Trabalho e qualificação profissional no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco**: a experiência de Toritama. Recife, 2012. 228 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10669>. Acesso em: 01 de Jun. 2016.

DIAS, Robson Francisco Combé. **Ações estratégicas e políticas públicas em arranjos produtivos locais**: o caso do polo de confecções do Agreste Pernambucano. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/5699>. Acesso em: 01 de Jun. 2016.

DULTRA, Marcelo Pereira Melo; CRUZ, U. A.; SOUZA, V. R. Arranjos produtivos locais como política de desenvolvimento econômico e social. **CienteFico (Faculdade Rui Barbosa)**, v. 1, p. 1-6, 2007. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?oi=bibs&hl=pt-BR&cites=8473046542324929380>. Acesso em: 01 de Abr. 2016.

EBRAHIM, R. **Polo de Confeções do Agreste**: da Sulanca à industrialização. [s.l]: JC Online, 2014. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/12/14/polo-de-confeccoes-do-agreste-da-sulanca-a-industrializacao-160371.php>. Acesso em: 05 de Jan. 2017.

GARCEZ, Cristiane Magdalena D'Avila. Sistemas locais de inovação na economia do aprendizado: uma abordagem conceitual. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. [351]-366, dez. 2000. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13477>. Acesso em: 05 de Jan. 2017.

LIRA, S. M. de. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia, [S. l.]**, v. 23, n. 1, p. 98-114, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/228657>. Acesso em: 05 de Jan. 2017.

MELO, Patrícia dos Santos. **As políticas públicas de emprego, trabalho e renda no pólo de confecções do agreste de Pernambuco**: suas incidências em alguns grupos de mulheres. 2011. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4159>. Acesso em: 05 de Jan. 2017.

MOUTINHO, L. M. G.; RAPOSO, I. P. de A.; CAMPOS, R. L. H. **Análise de políticas para APLs em Pernambuco**. In: APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L.. (Org.). Políticas para Arranjos Produtivos Locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal. Lagoa Nova: EDUFPE, 2010. pp. 31-393.

ROCHA, R. de M.; SILVA JÚNIOR, L. H. da; VIANA, J. A. B. Inovação e competição: um estudo de caso do arranjo produtivo de confecção do agreste pernambucano. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. p. 50–80, 2015. DOI: 10.48075/gdemrevista.v1i1.12230. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/12230>. Acesso em: 08 de Ago. 2016.

SANTOS, J. E. A. dos; CALDAS, P. T.; CÂNDIDO, G. A. Políticas Públicas de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (Apl's): o caso específico de um Apl de caprinovinocultura no Cariri paraibano. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP)*,31, 2011, Belo Horizonte, MG, Brasil. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2011.

SARAVIA, E. **Introdução à Teoria da Política Pública**. *In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E.(Orgs.)*. Coletânea de Políticas Públicas. Brasília, DF,; ENAP, 2006. pp. 21-32. Disponível em: <http://tinyurl.com/ycn2mf5>. Acesso em: 08 de Ago. 2016.

PERNAMBUCO. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco (SEBRAE). **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano**. Recife, PE,; SEBRAE, 2013. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%200APL%20de%20Confecoes%20do%20Agreste%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf>. Acesso em: 08 de Ago. 2016.

SILVA, M. A. P. da.. **Práticas Discursivas no Contexto de Consumo de Moda no Agreste Pernambucano**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração com ênfase em Marketing de Moda) - Universidade de Pernambuco/FACITEC, Caruaru, PE, 2011.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, Oxford, England, 1991.

TEIXEIRA, F. Políticas Públicas Para o Desenvolvimento Regional e Local: O Que Podemos Aprender com os Arranjos Produtivos Locais (Apls)? **Revista Organização e Sociedade**, Salvador-BA, v.15, n.46, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/osoc/a/z94xhkXGhYSHLPTdX7VvCVD/?lang=pt>. Acesso em: 08 de Ago. 2016.

VEIGA, José Eli da. **Do Global ao Local**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VILAR, D. L. F.; SANTOS, L. C. dos; ALBUQUERQUE, B. K. A. G.; CARMO, K. R. C.; SILVA, D. M. O. B. **A Indústria Têxtil e de Confeções e Desenvolvimento Regional**. Campina Grande, PB: UFCG, 2014. Disponível em: <https://coreconpe.gov.br/eventos/iiienpecon/artigos/83enpecon2014.pdf>. Acesso em: 08 de Ago. 2016.